

Crianças em risco: elementos para a constituição de um reportório interpretativo da imprensa

*Rui Ramos**, *Paula Cristina Martins**, *Sara Pereira*** e *Madalena Oliveira***

Universidade do Minho e *Centro de Estudos da Criança

**Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade

Abstract

This paper, within the framework of Discourse Analysis, presents the mapping results of four Portuguese daily newspapers' headlines about children at risk, during the first quarter of 2008. It aims at describing the linguistic materiality of verbal productions, by identifying the underlying *interpretative repertoire* and *media framing*.

By doing so, it uncovers the modalising function of journalists and contributes to identify the prototypical settings of children in society, especially of children at risk and, by contrast, the boundaries of the so called *normal childhood*.

Keywords: risk, childhood, media, discourse

Palavras-chave: risco, infância, média, discurso

1. Apresentação e enquadramento

1.1. O presente texto pretende dar conta de um conjunto de resultados produzidos pelo projecto «Imagens da Infância – discursos mediáticos sobre as crianças em risco»¹, que se encontra em curso.

Este projecto, avaliado e financiado pela FCT (PTDC/CCI/64130/2006), visa elaborar um mapeamento da questão do risco e dos maus-tratos de crianças em vários *media*. Incide na análise da imprensa escrita diária (quatro jornais diários: *Público*, *Correio da Manhã*, *Jornal de Notícias* e *Diário de Notícias*) e nos serviços noticiosos do horário nobre nocturno (20 horas) dos canais televisivos generalistas RTP, SIC e TVI, ao longo do ano civil de 2008. Sustenta a sua abordagem geral, e a pertinência do recorte do seu *corpus* e dos seus procedimentos analíticos, no reconhecimento da linguagem (Searle, 1998) e do papel activo desempenhado pelos meios de comunicação social na configuração da realidade. Os *media*, constituindo-se como instâncias de intervenção social, atraem a atenção dos seus destinatários, revelando uns e, simultaneamente, esbatendo outros segmentos do real. Envolve assim, na focalização

¹ Mais informações sobre este projecto em <http://www.imagensdainfancia.iec.uminho.pt>

mediática e no modo de olhar, as percepções e a acção dos públicos, circunscrevendo parcelas dinâmicas dessa realidade como problemas sociais. Apresentando frequentemente leituras unívocas dos acontecimentos, investidas de autoridade e, por isso, de credibilidade, objectivam a realidade. Desta forma, os meios de comunicação social comportam-se como actores estratégicos que configuram e regulam sentidos, definem prioridades sociais e agendam o real.

Neste contexto, a mediatização crescente dos casos de risco potencial ou actual de maus-tratos de crianças constitui um objecto pertinente de análise e reflexão técnicas e académicas (Spink, Medrado & Mello, 2002). Devido, em larga medida, ao seu carácter não material, os conceitos de «risco» ou de «maus-tratos» são particularmente susceptíveis de construção social, nomeadamente entre os discursos públicos dominantes (Jung, 2001 (1996)), ou seja, os discursos que se constroem na esfera pública relevante, que são objecto de polémica discursiva e que adquirem a capacidade de influenciar substancialmente o pensamento e a acção da generalidade dos cidadãos. Importa, portanto, identificar a sua saliência em termos quantitativos e de conteúdo, mas também descrever e explicar como várias dimensões da construção discursiva/textual, agregadas aos estatutos do locutor e do alocutário, colaboram na construção retórico-argumentativa do discurso mediático sobre esta temática; ou seja, como este se estrutura internamente e funciona na comunicação enquanto instrumento de construção de um real social e enquanto meio de persuasão/argumentação.

1.2. Inscrevendo-se no plano global da tarefa definida pelo projecto de investigação, a análise e a descrição dos títulos das peças jornalísticas recortadas podem ser adoptadas como procedimentos relativamente autónomos, como relativamente autónomos são a estrutura interna típica e o funcionamento discursivo daqueles títulos.

Assim, apresenta-se nesta comunicação a análise realizada sobre os títulos das peças jornalísticas da imprensa escrita (nos quatro jornais referidos), ao longo do primeiro trimestre de 2008. Pretende-se descrever a materialidade linguística dos produtos verbais colectados, cumprindo dois objectivos operacionais concretos. O primeiro corresponde à identificação do reportório interpretativo (Potter & Wetherell, 1987; McKenzie, 2005) que constroem, identificando as regularidades lexicais relevantes ocorridas nesse *corpus* concreto. Perspectiva-se que tais regularidades se encontrem ao serviço da construção de quadros conceptuais ou «frames» (Fillmore, 1975; Vilela, 1994) cuja análise, crê-se, permitirá oferecer um contributo pertinente para o desenho de cenários prototípicos do lugar da criança na sociedade, a partir de discursos públicos relevantes – e esse é o segundo dos objectivos que presidem a este estudo.

1.3. O conceito de «reportório interpretativo»², desenvolvido essencialmente no quadro da psicologia social e adoptado por aqueles que se inscrevem numa perspectiva construtivista, enfatiza que o discurso é o veículo pelo qual o sujeito e o mundo são

² Spink, Medrado & Mello definem reportório interpretativo como «conjuntos de termos, descrições, lugares comuns e figuras de linguagem que estão freqüentemente agrupadas em torno de metáforas ou imagens, utilizando construções e estilos gramaticais próprios. São as unidades de construção dos discursos e demarcam o rol de possibilidades das construções discursivas» (2002: 153).

articulados (Tuominen, Talja & Savolainen, 2002) e opõe-se à visão da linguagem e das línguas como instrumentos exteriores ao indivíduo, como meros produtos e práticas de rotulagem de uma realidade independente e ontologicamente prévia ao homem e à sua percepção/elaboração do real.

Em termos mais marcadamente «linguísticos», assume uma orientação coincidente o conceito de «construtivismo linguístico», descrito por Halliday (2001 (1990)), que evoca o poder que a linguagem verbal tem para modelar a nossa consciência e fornecer a cada indivíduo a teoria que subjaz à sua interpretação e manipulação das coisas e dos seus estados. A língua não será, assim, neutra na forma como permite ao homem relacionar-se com a realidade, não a reflecte passivamente, mas cria-a activamente. Ou seja: a língua, efectivada em discurso, é concebida como sistema modelizante primário, «*forma de vida, pedra angular na/da cognição e nas/das práticas sociais*» (Fonseca, 1998: 7), entendendo-se os textos/discursos como práticas e produtos de uma «*ordenação intelectual e (re)criação e avaliação do/de mundo(s)* (em que se inscreve e intervém o recorte de normas, valores e outras representações sociais), *memória cultural, jogos dialógicos, interacção, exercício da influência, experimentação de emoção/afectividade e também de estesia*» (idem, ibidem).

As considerações acima desenvolvidas e a base conceptual da análise operada tornam pertinente evocar a noção de «frame»³. Apesar de este ter sido um termo usado inicialmente por Bateson no âmbito da antropologia⁴, foi Fillmore quem integrou o conceito no campo da linguística como «*certain schemata or frameworks of concepts or terms which link together as a system, which impose structure or coherence on some aspects of human experience and which may contain elements which are simultaneously parts of other such frameworks*» (Fillmore, 1975: 123). Vilela descreve-o «*como designação da descrição semântica de palavras relativamente ao universo extralinguístico por elas transportado*» (1994: 67), mas esclarece que «*o frame abrange os lexemas, as regras e categorias gramaticais*» (idem, ibidem: 68) que podem ser (ou estar) associados a cenas prototípicas. Naturalmente, trata-se de conceptualizações que adquirem sentido dentro dos limites de cada cultura e de cada língua, e que manifestam o que os falantes admitem como natural, possível, plausível, pertinente, etc.; que mostram as suas regras, as suas proibições, os seus tabus e os seus medos.

Este ponto de vista reconhece à língua e aos discursos o papel de mediação entre o homem e o mundo, o que permite e condiciona a apreensão dos objectos da realidade sob a forma de representações mentais. Estes objectos da realidade não surgem ao homem como realidades isoladas, mas são entendidos como integrados em complexos de relações. «*Tal decorre da apreensão cognitiva, da ordenação intelectual a que submetemos o mundo, ou seja, da conceptualização do que nos rodeia e do que experimentamos*» (Fonseca, 1993: 185). A actividade discursiva só pode constituir-se

³ «The concept of frame has been introduced into linguistics in a certain context: frames were primarily seen as representational tools by means of which purely linguistic knowledge could be connected with relevant non-linguistic common-sense knowledge. On the more concrete level, the use of frames in linguistics is – explicitly or implicitly – about frames as conceptual tools of lexical semantics, frames as means of including into the semantic description of words also relevant types of common sense knowledge about objects or situations referred to by the corresponding word.» (Oim & Saluveer, 1985: 296-297)

⁴ Cf. Bateson, G., 1972.

como referência a esse mundo, ao mundo intelectivamente ordenado, linguisticamente conceptualizado, produto de uma cognição que é individual mas também social.

Assumindo a função de mediação entre o homem e o mundo, a linguagem será necessariamente também mediação entre os homens, interlocução, dialogismo. No seu uso concreto, cada sujeito falante procura ajustar as suas produções verbais «a uma imagem correcta do universo de conhecimentos que pressupõe dominar o seu interlocutor. Visivelmente, a construção do texto é uma actividade que o locutor partilha com o receptor, que no texto se inscreve (...) sob múltiplas formas.» (idem, *ibidem*: 193).

2. Os títulos da imprensa

A palavra «título» deriva do étimo latino *titulus*, que significa «inscrição» ou «marca», designando «a etiqueta apensa à extremidade do bastão sobre o qual se enrolava a banda de papiro que constituía o volume escrito, (...) [e] ainda as inscrições identificativas sob o retrato dos antepassados, os epitáfios e os escritos presos ao pescoço do escravo posto à venda» (Coimbra-e-Silva, 1999: 67). Funciona, portanto, como anúncio de algo diferente de si, remetendo para um outro texto (no caso da imprensa), assumindo-se, desta forma, como metatexto. Pertencendo ao que Charaudeau designa como «la titraille» (1997: 223), ou Adam designa como «péritexte» (1977: 5), adopta um funcionamento discursivo particular, sob o controlo de uma instância enunciativa colectiva: o jornal. Na verdade, o jornalista que redige o artigo não é, normalmente, o autor do título respectivo, sendo esta tarefa usualmente deixada a um (sub)editor. Este produz o título, interpretando directrizes e políticas do jornal, e interpretando também o conteúdo do artigo. Assim, o título constitui já uma primeira interpretação dos eventos mediáticos que, por seu lado, são igualmente uma interpretação dos eventos brutos. Trata-se de produtos verbais simultaneamente autónomos (porque são separados dos restantes textos) e dependentes (porque comunicam estreitamente com aqueles textos, para os quais remetem explicitamente), participando na coesão e coerência textuais, devido o seu carácter condensado e catafórico. A sua autonomia e a sua dependência são duas características que «tomam este tipo textual um desafio ao estudioso da linguagem em geral e do texto titular em particular» (Coimbra-e-Silva, 1999: 79).

Do ponto de vista semiótico, enquanto cabeça de uma peça jornalística, o título congrega a atenção do leitor e inicia o processo de comunicação. Sistemáticamente destacado e em tipo de tamanho superior ao do corpo do artigo, é o elemento textual mais incisivo no apelo à leitura que todo o texto implica.

Ao nível do conteúdo, o título desempenha uma função cognitiva básica, um papel projectivo na descodificação do texto: define o seu tópico geral, activando um conjunto de pressupostos que condicionarão toda a recepção subsequente do escrito. Ao ser normalmente elíptico, induzirá o leitor a criar os primeiros laços de cumplicidade explícita, pois convida-o a, fazendo uso da sua enciclopédia, completar a sua formulação, reconhecer implícitos, identificar lugares-comuns, aceitar os jogos metafóricos, etc.

A definição do tópico ou, pelo menos, do campo relevante da vida social sobre o qual versa, realizada pelo título, corresponde a uma contextualização semântica

preliminar: pela sua leitura, ficam orientadas as expectativas do leitor, de acordo com o seu conhecimento do mundo. Trata-se, desde logo, de um processo interdiscursivo, na medida em que cada texto comunica com uma série de outros textos inscritos no mesmo género discursivo (e, eventualmente, no mesmo jornal, ou do mesmo autor). Do mesmo modo, o título ancora o artigo num determinado domínio de notoriedade social, o que constituirá um outro nível de contextualização, remetendo para um assunto do interesse público, objecto de discurso nos *media* no passado relevante recente (para onde tipicamente remetem os artigos da imprensa escrita)⁵. As questões da contextualização semântica preliminar e do esboço dos quadros conceptuais sobre os quais a recepção-interpretção dos textos será feita conferem importância ao funcionamento discursivo dos títulos – e, portanto, também à sua materialidade linguística.

3. *Corpus* e metodologia

A constituição do *corpus* de análise vale-se, como foi referido, de quatro diários de grande tiragem: *Público*, *Diário de Notícias (DN)*, *Jornal de Notícias (JN)* e *Correio da Manhã (CM)*⁶. Trata-se de dois jornais de referência (ou «de qualidade») e dois jornais populares, respectivamente os dois primeiros e os dois últimos. O intervalo de tempo definido para a análise corresponde ao primeiro trimestre de 2008.

O primeiro procedimento recorreu a um critério lexical para identificar peças jornalísticas presentes nesses jornais naquele período. Assim, foram identificados todos os textos que apresentam as palavras *criança*, *menino*, *bebé*, *rapaz*, *menor*, *recém-nascido*, *jovem*, *filho*, *aluno*, *estudante*, *infância*, *infantil*, *pediatria*, *pediátrico*, *puericultura*, *neonatologia*, *neonatal* (e respectivos femininos e plurais, caso existam). Excluíram-se, para o efeito, quaisquer peças respeitantes exclusivamente a maiores de 18 anos.

Após este tratamento primário, o *corpus* foi seleccionado segundo um critério mais apurado, de ordem temática, sendo identificados e escolhidos somente os textos que evocam a questão do *risco*⁷. Inserem-se nesta categoria os textos referentes a situações, acontecimentos ou comportamentos que constituam ameaça identificável à integridade física e/ou psicológica de crianças e/ou jovens (menores de 18 anos), ao seu crescimento, desenvolvimento psicológico e integração social. Este risco pode cobrir circunstâncias já estabelecidas ou ainda potenciais.

Destes procedimentos resultou um conjunto de 964 peças jornalísticas, que evocam a problemática das crianças em risco, cujos títulos são objecto de análise abaixo (um texto não apresenta título, pelo que estes perfazem o número de 963, valor que será adoptado em todas as análises).

Com objectivos de clarificação conceptual, terminológica e procedimental,

⁵ Cf. Ramos, R., 2009.

⁶ Exclui-se do material colectado as revistas, os guias, os encartes especializados ou quaisquer outros materiais jornalísticos ou publicitários que não correspondam rigorosamente aos «jornais».

⁷ Num estudo em alguns aspectos equiparável ao que aqui se apresenta, realizado em Lisboa entre 2005 e 2007, a questão do *risco* foi também temática em destaque na análise de notícias sobre crianças. A este respeito considerava a coordenadora daquele projecto que «crimes que envolvem crianças são das matérias mais destacadas pelas notícias» (Ponte, 2007: 53).

apresenta-se em seguida a descrição operacional sumária das variáveis e categorias mais relevantes que assistem ao tratamento estatístico do *corpus*:

a) variável «Conotação da peça jornalística»: através de uma análise de conteúdo, identifica a modalização/avaliação construída pelo texto, de acordo com os valores sociais de «positivo», «negativo» e «neutro»;

b) variável «Sinonímia de criança»: identifica o conjunto de lexemas utilizados para referenciar um indivíduo menor de 18 anos no título da peça jornalística (inclui «criança»; inclui «menor» (*nome* ou *adjectivo*), desde que apresente um significado idêntico); assume-se que «filho/a» ou outros termos que remetem para relações de parentesco são co-hipónimos de «criança», desde que remetam para elementos do par opositivo tipicamente entendidos como «mais novos» (como em «tio-sobrinho» ou «padrasto-enteado»); inclui-se ainda nesta categoria o item lexical «aluno/a», visto que os textos que constituem o *corpus* geral do projecto de investigação restringem o seu âmbito a crianças;

c) variável «Identificação»: identifica a forma como a criança em risco é nomeada no título da peça jornalística (nome(s) próprio(s) e/ou apelido(s), parentesco, localização/nacionalidade/etnia ou outros);

d) variável «Léxico do risco»: identifica os núcleos semânticos mais frequentes que se configuram como actos ou circunstâncias de risco para crianças;

e) variável «Contexto»: identifica as circunstâncias físicas, sociais ou temporais em que ocorre a situação de risco para as crianças a que o título se refere;

f) variável «Construção do risco por inferência»: identifica a existência de construções semânticas que permitem retirar a inferência (convencional ou conversacional) da existência de uma situação de risco, mas sem o afirmar explicitamente.

Foi adoptado um segundo procedimento analítico, mais afastado de modelos quantitativos, para se aproximar da análise qualitativa: tratou-se de identificar casos relevantes de transferência de vocabulário técnico e científico para o discurso não especializado dos *media* generalistas; de identificar estruturas sintáctico-semânticas particulares; de reconhecer e descrever casos de caracterização de situações de risco por inferência (como acima foi indicado).

Como foi anunciado, os objectivos concretos passam pela análise do reportório interpretativo presente nos títulos e, a partir deste, dos «frames» identificáveis, para constituir um contributo relevante para o desenho mediático dos cenários prototípicos dos lugares da criança na sociedade portuguesa contemporânea. Tal análise socorre-se de procedimentos quantitativos e qualitativos, registando e quantificando a presença do tema na imprensa e dando a ver semelhanças e diferenças no seu tratamento por jornais com perfis diferenciados.

4. Evidências do *corpus* e discussão dos resultados

4.1. Recorrência da temática na imprensa

Como foi referido, o *corpus* é constituído por 963 títulos de peças jornalísticas sobre crianças em risco, organizados da forma manifestada pelo Quadro nº 1:

Jornais	Frequência	Porcentagem
Público	142	14,7%
Jornal de Notícias	207	21,5%
Diário de Notícias	295	30,6%
Correio da Manhã	319	33,1%
total	963	100%

Quadro 1 – A distribuição dos títulos por jornal

A análise do Quadro 1 permite concluir que a temática da criança em risco é altamente recorrente no período considerado (1º trimestre de 2008, relembra-se). Em três meses de edição de cada jornal⁸, com um total de 361 edições, houve 963 peças a abordar a temática, o que representa, em média, cerca de 2,7 peças por edição e por jornal. Ou seja, em média, cada um destes jornais produziu mais do que um texto em cada uma das suas edições diárias – com uma preponderância para o *Correio da Manhã*, que apresenta a média de 3,5 textos por edição diária.

A distribuição das notícias de risco pelos jornais é, no período a que se refere este estudo, desigual, sendo a proporção de títulos significativamente diferente entre si ($\chi^2=82,894$, $p= 0.000$). O jornal tido como mais próximo dos padrões populares é aquele que apresenta o maior número de peças sobre esta temática, mais do dobro das que apresenta o jornal «de qualidade» mais conceituado – o *Público*. Aparentemente, esta evidência poderá fazer pensar que a questão das crianças em risco é uma questão «popular», capaz de servir os propósitos tendencialmente mais sensacionalistas de um jornal popular.

4.2. Conotação das peças jornalísticas

No *corpus* seleccionado, predominam as peças jornalísticas de conotação negativa (78,2%), ou seja, os artigos referentes a medidas políticas, situações, comportamentos, actividades ou acontecimentos cujo valor social é negativo.

Todos os jornais apresentam valores percentuais semelhantes de textos que desenham estados de coisas negativamente conotados, apesar de o valor apresentado pelo *DN* ser ligeiramente inferior ao dos restantes. Estes valores são claramente superiores aos dos artigos com conotação positiva, que não atingem os 10% das peças no caso do *Público*, o que apresenta um valor percentual mais elevado. Note-se que este valor corresponde aproximadamente ao dobro daquele que é atingido pelo *DN* e pelo *CM* e cerca de 50% mais elevado do que o atingido pelo *JN*.

Mais uma vez, as evidências vão ao encontro das expectativas de caracterização da imprensa como fortemente atraída pelo lado mais negro do real, pelos estados de coisas mais dramáticos. Entre estes quatro diários, tal dramatização atinge o seu expoente mais intenso com o jornal de perfil mais popular, o *CM* (84%), mesmo que as diferenças observadas para os jornais de referência não sejam expressivas.

⁸ O *Público*, o *DN* e o *CM* não tiveram edição a 1 de Janeiro de 2008.

Para verificar se os valores de avaliações negativas se plasmam nos títulos num reportório interpretativo associado ao risco na infância, foi inquirida a relação entre a variável «conotação da peça jornalística» nos textos e vocabulário do risco nos títulos (a partir das variáveis «léxico do risco» e «ocorrências explícitas do léxico do risco»). A análise destes resultados confirma uma relação consistente entre artigos com conotação negativa e títulos onde se manifesta explicitamente o léxico do risco. Tal facto não constitui surpresa. O que pode constituir uma relativa contra-expectativa é a identificação de léxico do risco explícito nos títulos de peças jornalísticas que assumem uma conotação positiva ou neutra. Contudo, trata-se de casos praticamente residuais, pouco significativos quando se tem em consideração o *corpus* no seu todo.

4.3. Campo lexical de «criança»

Considerando o conjunto de títulos analisados, pouco mais de metade (51,1%) utiliza uma diversidade de lexemas para referenciar um indivíduo menor de 18 anos. Essa variedade está sintetizada no Quadro 2, abaixo:

Designação	Frequência
criança	122
jovem	75
menina	51
menino	15
menor	45
bebé	44
filho	40
filha	20
aluno	26
aluna	18
rapaz	13
adolescente	10
miúdo	6
outros	14
<i>sem referência</i>	469

Quadro 2 – Sinonímia de criança

Note-se que alguns destes lexemas podem ser associados a faixas etárias diferenciadas («bebé», «jovem»), ao sexo («menino», «menina») ou a contextos relacionais de referência para as crianças («filho», «aluno»). A designação «criança», a mais frequente de todas, é a de carácter mais genérico e «menor» será importada de vocabulário especializado, como se verá abaixo. De notar ainda uma presença menos significativa de um lexema pertencente a um registo tipicamente familiar ou popular, «miúdo», ocorrendo uma vez no *Público*, uma vez no *JN* e quatro vezes no *CM*.

4.4. Modalidades de identificação das crianças

A identificação individualizada das crianças nos títulos apenas ocorre em 20,5% dos casos, sendo este um valor estatisticamente significativo ($\chi^2=338,568$, $p= 0.000$), quando comparado com os títulos que não recorrem a este tipo de estratégias.

A identificação pelo nome próprio ou pelo apelido é a forma mais frequente (136 ocorrências). Segue-se a referência à localização, nacionalidade ou etnia da criança (25 ocorrências), com valores claramente menos expressivos. A inclusão no título de elementos referentes ao acto, situação ou caso de risco representa 21 ocorrências, sendo as relações de parentesco o mecanismo menos frequentemente utilizado como forma de identificação das crianças em risco (15 ocorrências), como pode verificar-se pela análise do Quadro 3:

Modalidades de identificação da criança		Frequência	Percentagem
Títulos válidos	nome	136	14,1%
	parentesco	15	1,6%
	localização, nacionalidade, etnia	25	2,6%
	acto, situação, caso	21	2,2%
	não utiliza recursos de identificação	766	79,5%
total		963	100%

Quadro 3 – Modalidades de identificação da criança

O facto de, do ponto de vista do jornalista, o tópico central da peça poder ser identificado somente pelo nome da criança em causa remete para um discurso comum, supostamente dominado pelo destinatário, para um assunto relevante tornado público e próximo da generalidade dos leitores. Contudo, não é dominado por contacto directo, por envolvimento em primeira mão com as questões tratadas: é um assunto construído pelo discurso que sobre ele foi produzido nos *media*, e é constitutivo de uma memória interdiscursiva. Moirand (1999) sustenta esta tese em relação a acontecimentos científicos e tecnológicos, mas o princípio mantém validade para outras áreas do discurso social. Os assuntos assim designados resultam do tratamento mediático de que são alvo, encerram repercussões políticas e decorrem de um cruzamento de enunciados na esfera pública. Estão disponíveis na memória de produtores de informação mediática e dos seus potenciais leitores, integrando os reportórios interpretativos de uns e outros e operando de forma económica no desenho dos quadros conceptuais que condicionam a interpretação das leituras dos eventos mediáticos.

Presentes nos títulos, não deixam de exercer forte poder de atracção, pela sensação de reconhecimento que propiciam e pela ilusão de proximidade que criam.

4.5. Léxico do risco

As considerações acima desenvolvidas mantêm-se válidas na análise do «léxico do risco». Os vocábulos «risco» e «perigo» têm, nos títulos analisados, uma expressão relativamente fraca (com um total de 11 ocorrências), mas pode identificar-se a presença explícita de um conjunto de hipónimos de risco consideravelmente recorrente:

Ocorrências explícitas do léxico do risco	Público	Jornal de Notícias	Diário de Notícias	Correio da Manhã	Total
N desaparecer	1	3	3	3	10
abandonar N	0	2	2	0	4
sequestrar N	3	1	4	0	8
raptar N	2	5	12	6	25
N morrer / matar N	10	14	16	14	54
homicídio de N	1	0	2	0	3
assassinar N	1	0	0	2	3
abusar de N	6	7	3	4	20
agredir N	1	4	2	4	11
violar N	1	1	1	8	11
atacar N	2	3	4	1	10
atropelar N	4	7	8	6	25
ferir N	1	2	1	0	4
N cair	1	2	3	2	8
pedofilia	0	4	9	10	23
N assaltar	2	4	1	0	7
N furtar	0	7	1	3	11
N roubar	1	3	1	2	7
N agredir	6	2	3	2	13
N matar	0	0	4	2	6
<i>outros</i>	<i>21</i>	<i>33</i>	<i>40</i>	<i>61</i>	<i>155</i>
<i>não se aplica</i>	<i>78</i>	<i>103</i>	<i>175</i>	<i>189</i>	<i>545</i>
<i>títulos por jornal</i>	<i>142</i>	<i>207</i>	<i>295</i>	<i>319</i>	<i>963</i>

Quadro 4 – Léxico do risco⁹

Como pode observar-se, este conjunto de lexemas constitui um repositório evocativo de risco em alto grau, desenhando explicitamente quadros conceptuais de intensidade considerável. O complexo de sentido mais frequente, «N morrer / matar N» (mas também «N matar»), corresponde a um limite máximo de uma escala de gravidade inultrapassável. Contudo, talvez algo inesperadamente, não deixa de ser um vocabulário relativamente neutro na descrição dos estados de coisas, sem marcar de forma visível a modalidade avaliadora do enunciador. Talvez porque os estados de coisas anunciados já são suficientemente graves para atrair a atenção do leitor, talvez por algum pudor em manchar ainda mais o que já se apresenta com sangue abundante. Assim, o jornal tende a marcar o alto grau dos estados de coisas reproduzidos cobrindo-se de um véu de objectividade, referindo frequentemente números, locais, factos comprováveis. Tomem-se os exemplos seguintes:

⁹ Na descrição das informações deste quadro, é apresentada a estrutura «N verbo» ou «verbo N», ou similar, marcando N o lugar do argumento que será ocupado por «criança» ou sinónimo.

- (1) «Asfixiou e congelou o filho» (*CM*, 23/2/2008)
- (2) «Cigana de seis anos casa com rapaz de 17» (*DN*, 16/2/2008)
- (3) «Apreendidas 13 armas de fogo perto das escolas» (*Público*, 28/3/2008)
- (4) «Rapaz de 12 anos espanca bebé até à morte» (*CM*, 8/1/2008)
- (5) «Por ser festa de Reis, Gonçalo, com oito anos, fumou 23 cigarros em dois dias» (*Público*, 7/1/2008)

Nestes casos, a instância avaliadora encontra-se ocultada sob a objectividade do aparente relato isento dos factos, que já se apresentam como suficientemente graves para merecer a atenção do jornal – e igualmente do leitor, convidado a dar continuidade à leitura do título, lendo o corpo do artigo respectivo. Naturalmente, a subjectividade do enunciador não pode apagar-se por completo: a escolha daquele estado de coisas concreto para relatar, a opção por determinado vocabulário, o uso de certa estrutura sintático-semântica manifestam incontornavelmente um ponto de vista – o do jornalista e do jornal. Veja-se, por exemplo, a criação de binarismos: o contraste entre a idade da criança de seis anos que casa com o jovem de 17 (exemplo (2)), ou entre a idade da criança de oito anos que fuma 23 cigarros (exemplo (5)). Nestes casos, é em parte da especificação quantitativa, estrategicamente desvendada, que resulta o alto grau de estranheza dos estados de coisas relatados e que resulta a forte capacidade de atracção da atenção do potencial leitor¹⁰.

Sublinhe-se que nem sempre a criança surge como vítima de acto violento, ilegal ou perigoso: pelo contrário, surge igualmente como agente da violência ou da ilegalidade, como a estrutura dos segmentos dá a ver, ao identificar a criança como agente dos predicadores elencados. Mas não deixa por isso de, adoptando uma conduta desviante, se colocar numa situação de risco.

Uma análise comparativa entre os quatro jornais não produz resultados particularmente pertinentes. O vocabulário não varia consistentemente entre os diários, como se verifica pelos dados apresentados no Quadro 4.

4.6. Contextos do risco

Se uma parte importante dos títulos analisados se caracteriza pela vagueza e pela economia, não contendo qualquer referência que permita relacioná-los com crianças ou identificar o contexto, as circunstâncias ou condições em que o risco para a criança se verifica, o espaço público da rua ou o espaço alheio, a família e a escola são os contextos mais frequentemente identificados.

Os valores apresentados no Quadro 5, abaixo, mostram os espaços ou as condições do risco, mas também, de um certo modo, os espaços típicos das crianças e o entendimento do seu papel e lugar na sociedade, os quadros onde é esperado que surja, as relações cujo estabelecimento é expectável. O discurso produzido, mesmo em segmentos textuais tão breves como os títulos das peças jornalísticas, dá conta de tal entendimento social, dos quadros de referência que o discurso constrói e reproduz.

Esclareça-se que um número apreciável de títulos não pode ser classificado neste parâmetro, na medida em que não deixa evidente que se refere a crianças (variável «não

¹⁰ Sobre a relação entre o uso de números e a veracidade atribuída ao discurso de imprensa, ver van Dijk (1988) e Koetsenruijter (2008).

se aplica»); por outro lado, a economia dos títulos impede-os frequentes vezes de contextualizar adequadamente os contextos onde ocorre a circunstância de risco que evocam (variável «sem elementos»).

Designação	Frequência/Percentagem
rua / espaço público / espaço alheio	84 (26,9%)
família	80 (25,6%)
escola	66 (21,1%)
hospital ou outro serviço de saúde	19 (6,01%)
outro	64 (20,4%)
sub-total	313 (100,0%)
sem elementos	280
não se aplica	370
total	963

Quadro 5 – Contextos do risco

4.7. Transferência lexical

Há a anotar a transferência de algum vocabulário da esfera técnica, que terá passado para o discurso mediático.

Um dos exemplos deste fenómeno é «menor», referindo-se a crianças. O termo apresenta 45 ocorrências autónomas, e ainda duas em «Tribunal de Menores» e outras duas em «Comissões de Menores». Terá transitado do discurso jurídico/policial, e é empregado preferencialmente em contextos fráscicos onde ocorrem outros lexemas do mesmo campo, como se verifica nos exemplos:

(6) «Menores apanhados em assalto em Aveiro» (*Público*, 7/2/2008)

(7) «Menores detidos por tentativa de furto» (*JN*, 7/2/2008)

Entre os 45 títulos identificados, «menor(es)» co-ocorre com lexemas que evocam actividade criminosa, como se verifica no Quadro 6:

Designação	Frequência
assalto(s), <i>verbo</i> assaltar	4
<i>verbo</i> roubar	2
furto(s), furtado, <i>verbo</i> furtar	6
sequestro, subtracção, rapto, raptora, <i>verbo</i> raptar, sem rasto	5
abuso, <i>verbo</i> abusar	6
violados, violador, <i>verbo</i> violar	3
agressão/agressões, agredida	3
morto, <i>verbo</i> matar, <i>verbo</i> morrer	3
atropelado/as	2
apanhado(s) (<i>a realizar actos ilícitos</i>)	4
suspeito(s), suspeita	5
detido(s)	2
condenado(s), condenação	3

Quadro 6 – Co-ocorrências com «menor(es)»

De referenciar ainda a co-ocorrência entre «menor» e Instituições da área da Justiça /Administração Interna e da Segurança Social: um caso com cada uma das lexias «supremo tribunal», «PSP», «GNR» e «Segurança Social».

Esta evidência parece sustentar que «menor» é um lexema utilizado como termo especializado, e capaz de colaborar decisivamente na construção de um cenário de crime e castigo. A sua co-ocorrência com outros termos especializados sugere a existência de discurso indirecto livre, um modo de relato de discurso que, apesar de próximo do discurso directo, não se reclama como reprodução fiel do discurso original mas, ainda assim, captura um esquema de frase e um léxico pertencentes, geralmente, ao enunciador primeiro, apresentando marcas de pessoa gramatical e tempos verbais no sistema da enunciação relatora¹¹. Assim, também nestes casos o léxico do discurso jurídico/policial emerge no discurso jornalístico, sem que seja identificado o original. Tal facto não surpreende: com frequência se identifica no discurso jornalístico o intertexto difuso ou óbvio que o informa, e não seria de estranhar que os títulos elencados decorressem quase literalmente de comunicados das forças da lei e da ordem, ainda que as marcas típicas de citação ou a fidelidade ao discurso original sejam ignoradas.

A esta ocorrência relevante de transferência de vocabulário técnico para o discurso mediático, há que juntar a constatação de outras transferências, ainda que mais pontuais. Pode apontar-se a ocorrência de «sequestro»/«sequestrado»/«sequestrador»/«sequestrar» (10 vezes), concorrendo com a família de palavras de «raptar»; de «maus tratos» (uma vez); e de «bebé sacudido»/«crianças sacudidas» (duas vezes). Mais uma vez, a interpretação que parece mais plausível é a que sugere a existência de discurso indirecto livre, marcando o discurso mediático um interdiscurso de origem jurídico-policial, e também médica – o que é perfeitamente compatível com os quadros conceptuais que se estabelecem para a questão do risco na infância.

4.8. Discurso (in)congruente

Um outro aspecto caracterizador do *corpus* recortado foi já brevemente anunciado: o carácter descritivo-representativo relativamente linear e factual dos títulos. Estas apresentam uma estrutura frequentemente elíptica, como é próprio deste tipo de segmentos jornalísticos. Contudo, alguns apresentam características de nota, como aqueles em que se verifica o que Goatly designa como «consonant grammar» (2001 (1996): 205). Este autor distingue «metáfora gramatical» e «discurso congruente» como dois conceitos que se excluem mutuamente. As relações congruentes ocorrerão somente quando se verifica coincidência entre as categorias sintácticas e as semânticas correspondentes (*sujeito – agente*, por exemplo).

O que pode identificar-se no *corpus* colectado é a ocorrência frequente de apagamento de um dos elementos do quadro actancial, como em:

(8) «Menores apanhados em assalto em Aveiro» (*Público*, 7/2/2008).

Neste caso, não é explicitamente indicado o agente de «apanhar», apesar de haver restrições de selecção e expectativas de normalidade que orientam a inferência possível.

¹¹ Cf. Duarte, 2003; Ramos, 2009.

Tal facto não viola a expectativa dos leitores, já que se trata de casos muito comuns neste tipo de segmentos. Ainda assim, há que anotar que este recurso permite moldar a realidade, dando a ver ou ocultando agentes ou facetas do real.

Mais interessante, do ponto de vista da relação entre as opções discursivas e da capacidade de modelar os estados de coisas configurados, é o que pode identificar-se nos enunciados seguintes:

(9) «Estradas mataram duas crianças por mês em 2007» (*JN*, 21/2/2008);

(10) «Tirroteio mata dois jovens e reaviva críticas sobre falta de polícia em Rio de Mouro» (*Público*, 29/1/2008);

(11) «Testes revelam que filho de Clara Rojas está em Bogotá» (*Público*, 5/1/2008).

Nestes casos, identifica-se que a circunstância física (exemplo (9)), ou o resultado da acção humana (exemplo (10)), ou ainda instrumentos (exemplo (11)) ocupam a posição de sujeito, o que se orienta no sentido de um apagamento da responsabilidade de um agente necessariamente humano, mas não revelado.

4.9. Identificação do risco por extracção de implícitos

Finalmente, sublinhe-se que muitos dos estados de coisas potencialmente identificados como de risco são criados através da extracção de implícitos. Os exemplos seguintes ilustram essas ocorrências:

(12) «Futuro de menina russa decide-se hoje em Barcelos» (*DN*, 1/2/2008);

(13) «Mãe de Miguel vai tentar afastá-lo de pai biológico» (*DN*, 1/2/2008);

(14) «Voluntária levou criança da Casa do Gaiato» (*DN*, 10/3/2008);

(15) «Aluna no Tribunal de Menores» (*JN*, 26/3/2008).

Da análise destes enunciados resulta que nenhum apresenta vocabulário que identifique explicitamente qualquer circunstância de criança em risco. Contudo, as expectativas de normalidade no quadro das quais os indivíduos procuram dar sentido aos discursos activarão necessariamente os implícitos que reconhecem tal situação. No caso do exemplo (12), existe o implícito segundo o qual o futuro da criança está em dúvida, se ainda vai ser objecto de uma decisão; no caso do exemplo (13), é implicitada a existência de uma situação de risco: ou ela já existe e a atitude da mãe procurará repor o equilíbrio, ou ainda não existe, mas passará a existir se o actual equilíbrio for posto em causa. Em ambos os casos, o conhecimento do mundo que é esperado o leitor possuir deverá fazer actuar as piores expectativas: são as más notícias que habitualmente enchem as páginas dos jornais, não as boas. O mesmo é válido para os exemplos (14) e (15): se o verbo «levar» do primeiro daqueles corresponder a uma acção positivamente conotada, o estado de coisas dificilmente será objecto de notícia na imprensa; contudo, se corresponder a «raptar» ou «subtrair», o enunciador terá encontrado nesta situação matéria jornalística. Da mesma forma, se a «aluna» do último segmento se limitar a estar presente no Tribunal de Menores como testemunha, por exemplo, tal facto dificilmente constitui motivo válido para esta referência; mas, se for arguida, então a justificação da menção está alcançada. Assim, mesmo sem possuírem na respectiva superfície frásica qualquer indicador lexical que evoque o risco, estes enunciados tenderão a ser lidos como construções discursivas erguidas sobre o conceito de risco.

5. Comentários finais

Em síntese, confirma-se que a questão do risco na infância é uma temática recorrente na imprensa portuguesa no período seleccionado, se os jornais escolhidos forem representativos do total da comunicação social escrita diária. A média de peças jornalísticas sobre este tema indica a sua presença constante em todos os diários escolhidos, com uma preponderância para o que tem um perfil mais «popular». Tal facto não pode deixar de estar associado à visibilidade e importância que o tema assume na sociedade portuguesa, quer se entenda esta como espelho da vida social ou como seu motor (ou ambos). Naturalmente, este facto social, com os contornos que apresenta, decorre em larga medida do discurso que sobre ele é produzido e a língua, sistema modelizante primário, dá a ver e constrói esta realidade.

A análise de títulos das peças jornalísticas, por breves que estes segmentos sejam, permitiu identificar um reportório de termos associados ao risco, assim como os quadros de normalidade e «anormalidade» que a sociedade valoriza ou sanciona.

Foi possível reconhecer que a conotação geral das peças jornalísticas recortadas é negativa, ou seja, que referem medidas políticas, situações, comportamentos, actividades ou acontecimentos cujo valor social é negativo. Naturalmente, essas são mais marcadas por títulos com vocabulário do risco do que aquelas que assumem uma orientação positiva ou neutra.

Foi possível apontar um conjunto de lexemas que funcionam como sinónimos de «criança» e pelos quais estas são identificadas; além disso, limitou-se o mecanismo pelo qual estas são inseridas numa função ou lugar social e identificou-se os espaços sociais relevantes do risco. Em complemento, estas observações oferecem um contributo pertinente para o desenho de cenários prototípicos do lugar da criança na sociedade, da criança em risco e, por oposição implícita, dos limites da «normalidade». As diferenças de tratamento entre os vários jornais, apesar de se dirigirem a estratos sócio-culturais diferenciados, não se afiguram como significativas neste aspecto.

Foi possível apontar alguns dos mecanismos discursivos que dão forma aos títulos das peças, para além daquilo que já é conhecido e que define o género: interdiscursividade com o discurso jurídico, emprego de discurso indirecto livre, forte exigência de cooperação interpretativa do leitor.

Há a sublinhar que estes segmentos apresentam menos marcas ostensivas de modalização do que, eventualmente, poderia ser a expectativa mais comum. O enunciador oculta-se sob uma reconhecida retórica da evidência, deixando os factos falar por si, procurando esconder a sua subjectividade, o seu labor construtivo, as suas escolhas, o seu olhar pessoal sobre os eventos brutos e o seu discurso pessoal que os transforma em eventos mediáticos. Aparentemente, a referência ou criação de situações de alto grau de risco para crianças não passa pela interpretação do jornal, mas estas brotam espontaneamente do real, são inequívocas e inquestionáveis. Trata-se da língua e dos discursos em pleno labor de construção do mundo.

Referências

- Adam, J.-M. (1997) Unités rédactionnelles et genres discursifs: cadre général pour une approche de la presse écrite. *Pratiques* 94, pp. 3-18.
- Bateson, G. (1972) *Steps to an Ecology of Mind: Collected Essays in Anthropology, Psychiatry, Evolution, and Epistemology*. Chicago: University Of Chicago Press.
- Charaudeau, P. (1997) *Le discours d'information médiatique. La construction du miroir social*. Paris: Nathan.
- Coimbra-e-Silva, R. L. (1999) *Estudo Linguístico dos Títulos de Imprensa em Portugal: A Linguagem Metafórica*. Dissertação de Doutoramento, Universidade de Aveiro.
- Duarte, I. M. (2003) *O relato de discurso na ficção narrativa. Contributos para a análise da construção polifónica de Os Maias de Eça de Queirós*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- Fillmore, Ch. (1975) An alternative to checklist theories of meaning. In *Proceedings of the first annual meeting of the Berkeley Linguistic Society*. Berkeley, pp. 123-131.
- Fonseca, J. (1993) Coerência no Texto. In *Estudos de Sintaxe-Semântica e Pragmática do Português*. Porto: Porto Editora, pp. 181-193.
- Fonseca, J. (1988) Apresentação. In J. Fonseca et al. (org.) (1998) *A Organização e o Funcionamento dos Discursos. Estudos sobre o Português*. Tomo III. Porto: Porto Editora, pp. 7-8.
- Goatly, A. (2001 (1996)) Green Grammar and Grammatical Metaphor, or Language and Myth of Power, or Metaphors We Die By. In A. Fill & P. Mühlhäusler (eds.) *The ecolinguistics reader. Language, ecology and environment*. London / New York: Continuum, pp. 203-225.
- Hallyday, M. A. K. (2001 (1990)) New Ways of Meaning: The Challenge to Applied Linguistics. In A. Fill & P. Mühlhäusler (eds.) *The ecolinguistics reader. Language, ecology and environment*. London / New York: Continuum, pp. 175-202.
- Jung, M. (2001 (1996)) Ecological Criticism of Language. In A. Fill, P. Mühlhäusler (eds.) *The ecolinguistics reader. Language, ecology and environment*. London / New York: Continuum, pp. 270-285.
- Koetsenruijter, W. (2008) How numbers make news reliable. In L. Dam, L.-L. Holmgreen & J. Strunck (eds.) *Rhetorical aspects of discourses in present-day society*. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, pp. 193-205.
- McKenzie, P. (2005) Interpretative repertoires. In K. Fisher, S. Erdelez & L. McKechnie (eds.) *Theories of information behavior: A researcher's guide*. Medford, NJ: Information Today, pp. 221-224.
- Moirand, S. (1999) Les indices dialogiques de contextualisation dans la presse ordinaire. *Cahiers de praxématique* 33, pp. 145-184.
- Oim, H. & M. Saluveer (1985) Frames in linguistic descriptions. *Quaderni di Semantica* VI, pp. 295-305.
- Ponte, C. (2007) “Mudam-se os tempos, mudam-se as notícias? A cobertura jornalística de crianças no *Público* e *Diário de Notícias* em 2000 e 2005. *Media & Jornalismo*, 11, pp. 51-71.
- Potter, J. & M. Wetherell (1987) *Discourse and social psychology; beyond attitudes and behaviour*. London: Sage.

- Ramos, R. (2009) *O discurso do ambiente na imprensa e na escola. Uma abordagem linguística*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- Searle, J. (1998) *La construction de la réalité sociale*. Paris: Gallimard.
- Spink, M., B. Medrado & R. Mello (2002) Perigo, Probabilidade e Oportunidade: A Linguagem dos Riscos na Mídia. *Psicologia: Reflexão e Crítica* 15(1), pp. 151-164.
- Tuominen, Talja & Savolainen (2002) Discourse, cognition, and reality: toward a social constructionist metatheory for library and information science. In H. Bruce, R. Fidel, P. Ingwersen & P. Vakkari (eds.) *Emerging frameworks and methods: CoLIS 4. Proceedings of the fourth international conference on conceptions on library and information science*. Greenwood Village, CO: Libraries Unlimited, pp. 271-283.
- van Dijk, T. (1988) *News as discourse*. Hillsdale: Lawrence Erlbaum Associates.
- Vilela, M. (1994) A «cena» da «acção linguística» e a sua perspectivização por dizer e falar, *Revista da Faculdade de Letras. «Linguas e Literaturas»* XI, pp. 65-97.